PROJETO DE LEI N.º _____/2021

(Autoria: Poder Executivo)

Dispõe sobre o Sistema de Ensino e a Gestão Democrática do Sistema de Ensino Público do Distrito Federal.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL decreta:

Art. 1º Esta Lei trata do Sistema de Ensino e da Gestão Democrática da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, conforme disposto no art. 206, VI, da Constituição Federal, no art. 222 da Lei Orgânica do Distrito Federal e nos arts. 3º e 14 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assim como no art. 11, I, e a Meta 19, da Lei nº 5.499, de 14 de julho de 2015, que "Aprova o Plano Distrital de Educação – PDE e dá outras providências".

CAPÍTULO I

DAS FINALIDADES E DOS PRINCÍPIOS DA GESTÃO DEMOCRÁTICA

Art. 2º A gestão democrática da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, cuja finalidade é garantir a centralidade da escola no sistema de ensino e seu caráter público quanto à destinação dos recursos, à execução do orçamento e à gestão observará os seguintes princípios:

I - reconhecimento da educação como direito fundamental, subjetivo e inalienável de todo cidadão e cidadã;

II – participação da comunidade escolar e comunidade local na definição e na implementação de decisões pedagógicas, administrativas e financeiras, por meio de órgãos colegiados, e na eleição de diretor e vice-diretor da unidade escolar;

III – enfrentamento de quaisquer formas de discriminação e preconceito, valorização da diversidade, dos direitos humanos, respeito à pluralidade e ao caráter laico da escola pública, em todas as instâncias da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal;

IV – autonomia das unidades escolares, nos termos da legislação, nos aspectos pedagógicos, administrativos e de gestão financeira;

V – transparência da gestão da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, em todos os seus níveis, nos aspectos pedagógicos, administrativos e financeiros;

VI – garantia de qualidade social, traduzida no direito à aprendizagem dos conhecimentos historicamente constituídos, na elaboração de novos conhecimentos e, conseqüente, desenvolvimento da pessoa vinculado ao mundo do trabalho, às práticas sociais da sua comunidade e às vivências humanas efetivamente democráticas.

VII – democratização das relações pedagógicas e de trabalho e criação de ambiente seguro e propício às aprendizagens, à elaboração do conhecimento e ao exercício da cidadania e dos direitos humanos;

VIII – valorização e respeito aos profissionais da educação, às famílias, aos estudantes e à comunidade local;

IX - reconhecimento e valorização dos conhecimentos e das experiências das comunidades escolares e comunidades locais;

X - valorização das assembléias escolares e conselhos escolares como instâncias indispensáveis para a Gestão Democrática;

XI - garantia do caráter público, estatal, laico e gratuito da educação, desde a educação da primeira infância;

XII - garantia do acesso, permanência, aprendizagens e qualidade social da educação para todos os estudantes;

XIII - garantia do caráter inclusivo da educação;

XIV - valorização da livre organização dos segmentos da comunidade escolar em nível de unidade escolar e do Sistema Distrital de Educação.

XV – valorização de processos formativos na perspectiva anti-machista, anti-racista, anti-LGBTQIAPN+fóbica, anti-capacitista, na equidade da participação feminina no mundo do trabalho e na responsabilização do homem, do Estado e das comunidades na economia do cuidado.

CAPÍTULO II

DA COMUNIDADE ESCOLAR

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, especialmente no que tange à habilitação como eleitores, entende-se por comunidade escolar das escolas públicas, conforme sua tipologia:

I – estudantes matriculados em instituição educacional da rede pública de qualquer natureza com idade mínima de 13 (treze) anos e frequência superior a 50% (cinquenta por cento) das aulas no bimestre civil anterior;

II - estudantes de núcleos de ensino socioeducativos, com idade mínima de 13 (treze) anos e frequência superior a 50% (cinquenta por cento) das aulas no bimestre civil anterior;

III – estudantes matriculados em escolas técnicas e profissionais em cursos de duração não inferior a 6 (seis) meses e com carga horária mínima de 180 (cento e oitenta) horas, com frequência superior a 50% (cinquenta por cento) das aulas no bimestre anterior;

IV – estudantes matriculados na educação de jovens e adultos com frequência no mínimo de 50% (cinquenta por cento) das aulas semestrais.

V – mães, pais ou responsáveis por estudantes da Rede Pública de Ensino, os quais terão direito a 1 (um) voto por escola em que estejam habilitados para votar;

VI – integrantes efetivos da carreira Magistério Público do Distrito Federal em exercício na unidade escolar ou nela concorrendo a um cargo;

VII – integrantes efetivos da carreira Assistência à Educação, em exercício na unidade escolar ou nela concorrendo a um cargo;

VIII – professores contratados temporariamente pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEDF em exercício na unidade escolar há pelo menos um bimestre civil.

Parágrafo único. Os grupos integrantes da comunidade escolar discriminados neste artigo organizam-se em dois conjuntos compostos, respectivamente, por aqueles descritos nos incisos de I a V e aqueles constantes nos incisos de VI a IX.

CAPÍTULO III

DA AUTONOMIA DA ESCOLA PÚBLICA

Seção I

Da Autonomia Pedagógica

Art. 4º Cada Unidade Escolar formulará e implementará seu projeto político-pedagógico, em consonância com as políticas educacionais vigentes, com as normas e diretrizes da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, com o diagnóstico do perfil da sua comunidade, com o inventário social, histórico, cultural e Ambiental, no caso das Escolas do Campo, e com a demanda formativa indicada pela comunidade de cada unidade escolar.

§ 1º. Cabe a unidade escolar, considerada a sua identidade e de sua comunidade escolar, articular o projeto político-pedagógico com os planos nacional e distrital de educação, e com os Estatutos da Criança e do Adolescente, da Igualdade Racial, da

Juventude, do Idoso, da Pessoa com Deficiência, a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), e a Convenção Interamericana Contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância, Declaração Universal dos Direitos Humanos, entre outros em vigência no país.

§ 2º. Fica garantida, como expressão da autonomia escolar e do direito à educação como política pública, a manutenção da nomenclatura “Projeto Político-Pedagógico” nos documentos de planejamento de cada unidade escolar.

Seção II

Da Autonomia Administrativa

Art. 5º A autonomia administrativa das instituições educacionais, realizada exclusivamente por profissionais em educação concursados da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, observada a legislação vigente, será garantida por:

I – formulação, aprovação e implementação do plano de ação da gestão da Unidade Escolar.

II – gestão dos recursos oriundos da descentralização financeira;

III – recomposição do seu calendário escolar, considerando as orientações e as normas da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal e deliberado pelo Conselho Escolar.

Seção III

Da Autonomia Financeira

Art. 6º A autonomia da gestão financeira das Unidades Escolares de ensino público do Distrito Federal será assegurada pela administração dos recursos pela respectiva unidade executora, nos termos de seu projeto político-pedagógico, do plano de gestão e da disponibilidade financeira nela alocada, conforme legislação vigente, em especial a Lei nº 6.023, de 18 de dezembro de 2017, que "Institui o Programa de Descentralização Administrativa e Financeira - PDAF e dispõe sobre sua aplicação e execução nas unidades escolares e nas regionais de ensino da rede pública de ensino do Distrito Federal".

§ 1º Entende-se por Unidade Executora a pessoa jurídica de direito privado, de fins não econômicos, que tenha por finalidade apoiar as Unidades Escolares ou coordenações Regionais de Ensino no cumprimento de suas respectivas competências e atribuições.

§ 2º Para recebimento dos recursos de que tratam o caput e o art. 7º, a presidência ou função equivalente da Unidade Executora deverá ser exercida pelo diretor da Unidade Escolar ou coordenador da Regional de Ensino;

§ 3º A responsabilidade financeira e patrimonial da Unidade Escolar será exercida de forma solidária pelo diretor e vice-diretor.

Art. 7º Constituem recursos das Unidades Executoras das Unidades Escolares os repasses e descentralizações de recursos financeiros, as doações e subvenções que lhes forem concedidas pela União, pelo Distrito Federal, por pessoas físicas e jurídicas, entidades públicas, associações de classe e entes comunitários.

CAPÍTULO IV DA GESTÃO DEMOCRÁTICA

Seção I

Das Disposições Iniciais

Art. 8º A gestão democrática será efetivada por intermédio dos seguintes mecanismos de participação, a serem regulamentados pelo Poder Executivo:

I – órgãos colegiados:

- a) Conferência Distrital de Educação;
- b) Fórum Distrital de Educação;
- c) Conselho de Representantes dos Conselhos Escolares - CRECE;
- d) Conselho de Educação do Distrito Federal;
- e) Assembleia Geral Escolar;
- f) Conselho Escolar;
- g) Conselho de Classe;
- h) Grêmio Estudantil.

II - equipes gestoras:

- a) Direção da Unidade Escolar;
- b) Coordenação da Regional de Ensino.

Seção II

Dos Órgãos Colegiados

Subseção I

Da Conferência Distrital de Educação

Art. 9º. A Conferência Distrital de Educação é a principal instância democrática de debate, formulação, pactuação e encaminhamento das políticas educacionais do Distrito Federal, com vistas aos seguintes objetivos:

I – propor políticas educacionais de forma articulada;

II - institucionalizar política de gestão participativa, democrática e descentralizada;

III – propor políticas educacionais que garantam a qualidade social da educação, o acesso e a permanência na escola, a progressão e a conclusão dos estudos;

IV – estruturar políticas educacionais que fomentem o desenvolvimento social sustentável, a diversidade cultural e a inclusão social;

V – implementar política de valorização dos profissionais da educação;

VI - avaliar a implementação das metas do Plano Distrital de Educação - PDE.

§ 1º. A Conferência Distrital de Educação contará com a participação de estudantes, mães, pais e responsáveis por estudantes, agentes públicos, profissionais da educação e representantes de entidades de classe e/ou da sociedade civil.

§ 2º. Serão submetidas à Conferência Distrital de Educação, de forma deliberativa, quaisquer mudanças de escopo geral das políticas educacionais a serem implementadas na Rede Pública de Ensino do DF.

Art. 10. A Conferência Distrital de Educação debaterá o projeto do Plano Decenal de Educação do Distrito Federal, a ser encaminhado para apreciação pelo Poder Legislativo, nos termos do Plano Nacional de Educação, com a finalidade de definir objetivos, diretrizes e metas para a educação no Distrito Federal.

§ 1º A Conferência Distrital de Educação, que precederá a Conferência Nacional de Educação, será organizada pela comissão instituída especificamente para este fim pela SEEDF, a qual contará com a participação de agentes públicos e entidades da sociedade civil e terá sua programação, temário e metodologia definidos em regimento interno.

§ 2º A Conferência, convocada pela SEEDF, será realizada ordinariamente a cada quatro anos e/ou extraordinariamente, com pauta específica, quando convocada pelo Poder Executivo Distrital.

Subseção II

Do Fórum Distrital de Educação

Art. 11. O Fórum Distrital de Educação - FDE, de caráter permanente, nos moldes do Fórum Nacional de Educação, tem a finalidade de acompanhar e avaliar a implementação das políticas públicas de educação no âmbito do Distrito Federal, de acordo com o Plano Distrital de Educação.

§ 1º O Fórum Distrital de Educação, resguardada sua semelhança ao Fórum Nacional de Educação, poderá ter como integrantes representantes de movimentos sociais de educação do Distrito Federal e/ou nacional, entre outras entidades e/ou conselhos com atividades correlacionadas à educação, em conformidade com o disposto no Regimento Interno.

§ 2º O Fórum Distrital de Educação poderá constituir Fóruns Regionais de Educação respeitando a paridade entre governo e sociedade civil organizada.

§ 3º As atividades dos membros do Fórum Distrital de Educação são voluntárias, não importando remuneração.

§ 4º Os profissionais da educação pertencentes ao Fórum Distrital de Educação terão garantidos suas participações nas atividades previstas em regimento e comprovadas por meio de atas, sem prejuízos remuneratórios ou profissionais de qualquer espécie.

Art. 12. A SEEDF coordenará as atividades do Fórum Distrital de Educação, em alternância com a sociedade civil, representada no Fórum Distrital de Educação, e garantirá os recursos necessários para realização de seus trabalhos.

Art. 13. Os membros do Fórum Distrital de Educação serão indicados por seus respectivos órgãos ou entidades e designados pelo secretário da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.

Art. 14. São atribuições do Fórum Distrital de Educação:

I - acompanhar, monitorar, avaliar e publicizar anualmente o cumprimento das metas e das estratégias do Plano Distrital de Educação;

II - acompanhar, monitorar e avaliar o Sistema de Ensino do Distrito Federal;

III - coordenar as Conferências Distritais de Educação, em conjunto com a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal;

IV - acompanhar, monitorar e avaliar as ações relativas às deliberações das Conferências Distritais de Educação;

V - acompanhar as demandas sociais no âmbito da educação do Distrito Federal;

VI - articular com instituições e instâncias distritais e federais de educação.

VII - a articulação com instituições e instâncias distritais e federais de educação.

Parágrafo Único. O FDE acompanhará, monitorará e avaliará as políticas públicas de educação no âmbito do Distrito Federal indicando medidas e melhorias em sua implementação.

Subseção III

Do Conselho de Representantes dos Conselhos Escolares

Art. 15. O Conselho de Representantes dos Conselhos Escolares - CRECE é um órgão colegiado que tem como objetivo o fortalecimento dos Conselhos Escolares na ampliação do processo democrático nas unidades escolares e nas diferentes instâncias decisórias, visando melhorar a qualidade da educação.

§ 1º Compete ao CRECE indicar a representação dos atores escolares na Instância de Representação Paritária do Sistema Distrital de Educação.

§ 2º O CRECE tem caráter deliberativo, respeitada a legislação vigente do Sistema Distrital de Educação.

§ 3º Caberá à Secretaria de Estado de Educação garantir os meios para o funcionamento do Conselho, possibilitando espaço físico, material de expediente e divulgação.

Art. 16. São objetivos do CRECE:

I - articular a participação dos membros do Conselho Escolar para a construção e implementação do projeto político-pedagógico, respeitando as diretrizes emanadas pelo Sistema Distrital de Educação, no que diz respeito ao processo de ensino-aprendizagem e ao cotidiano das unidades escolares;

II - contribuir com a democratização do acesso e da gestão da unidade escolar e dos colegiados intermediários numa perspectiva dialógica e de horizontalização das relações;

III - fortalecer os Conselhos Escolares e a participação da comunidade escolar nas tomadas de decisões, compartilhando as responsabilidades na construção dos projetos políticos-pedagógicos das instâncias pedagógicas e administrativas comprometidas com a qualidade social da educação;

IV- consolidar a implementação de política estimuladora da participação e da socialização de informações, possibilitando qualificar as tomadas de decisões, por meio do resgate de diversos instrumentos e segmentos sociais que têm compromisso com as políticas de construção da escola pública, popular, democrática, laica e de qualidade para todos no Distrito Federal.

Art. 17. São atribuições do CRECE:

I - garantir e propor discussões e decisões coletivas que viabilizem e contribuam significativamente na democratização da gestão, expressando os princípios básicos da participação, descentralização e autonomia;

II - fortalecer e articular os Conselhos Escolares como instrumento básico para a construção da gestão democrática e efetiva participação da comunidade escolar nas tomadas de decisões;

III - subsidiar a discussão do papel político dos Conselhos Escolares;

IV - estabelecer mecanismos para garantir a formação permanente de membros do CRECE e dos Conselhos Escolares, a partir das demandas apresentadas e de acordo com os princípios deste conselho;

V - eleger seus membros para participarem de colegiados em outras instâncias, em especial na Instância de Negociação Paritária do Sistema Distrital de Educação;

VI - propor discussões sobre a viabilização e implantação das diretrizes do Sistema Distrital de Educação e da Secretaria de Estado de Educação;

VII - elaborar o seu regimento interno;

VIII - articular-se com os demais CRECEs e outros Conselhos e Fóruns Representativos de cada Regional de Ensino, sem exercer relação de dependência ou subordinação entre os mesmos;

IX - acompanhar e fiscalizar a implementação e a aplicação dos Planos de Ação das Regionais de Ensino;

X - participar, debater e apresentar sugestões para os planos de ação das Regionais de Ensino e para os planos de gestão dos Conselhos Escolares;

XI - indicar representação no Conselho de Educação do Distrito Federal, contemplando o segmento mães, pais ou responsáveis, em conformidade com o disposto no art. 22, inciso II, alínea j;

XII - aprovar plano de formação continuada para os componentes dos conselhos escolares, a ser executado pela Subsecretaria de Formação Continuada dos Profissionais da Educação - EAPE e ofertado semestralmente em todas as regionais de ensino.

Art. 18. O Conselho de Representantes dos Conselhos Escolares (CRECE) será composto por 2 (dois) representantes por regional de cada segmento que compõem o Conselho Escolar, sendo 50% (cinquenta por cento) do campo MAT e 50% (cinquenta por cento) do campo PRE.

§ 1º Cada segmento elegerá seu titular e suplente com mandato anual, com direito a uma recondução.

§ 2º O CRECE deverá ser constituído até 60 (sessenta) dias após o início do ano letivo.

Art. 19. O CRECE será organizado conforme regimento próprio.

Subseção IV

Do Conselho de Educação do Distrito Federal.

Art. 20. O Conselho de Educação do Distrito Federal é órgão consultivo-normativo de deliberação coletiva e de assessoramento superior à SEEDF, com a atribuição de definir normas e diretrizes para o Sistema de Ensino do Distrito Federal, bem como de orientar, fiscalizar e acompanhar o ensino das redes pública e privada do Sistema de Ensino do Distrito Federal.

Art. 21. O Conselho de Educação do Distrito Federal disporá sobre sua organização e funcionamento em regimento interno a ser aprovado pelo Poder Executivo.

Art. 22. O Conselho de Educação do Distrito Federal, composto por pessoas de notório saber e probidade, com ampla experiência em matéria de educação, é constituído por conselheiros designados pelo Governador do Distrito Federal, observada a necessária representação dos níveis de ensino e a participação de representantes dos sistemas de ensino público e privado, sendo:

I – onze representantes da SEEDF, dos quais cinco serão indicados pelo secretário da Secretaria de Estado de Educação e seis serão natos, conforme disposto a seguir:

a) representante da subsecretaria ou unidade equivalente responsável pela formulação das diretrizes pedagógicas para a implementação de políticas públicas da educação básica;

b) representante da subsecretaria ou unidade equivalente responsável pela formulação das diretrizes para o planejamento do Sistema de Ensino do Distrito Federal e a implementação da avaliação educacional desse Sistema;

c) representante da subsecretaria ou unidade equivalente responsável pela formação continuada dos profissionais de educação;

d) representante da unidade responsável pela inspeção, pelo acompanhamento e pelo controle da aplicação da legislação educacional específica do Sistema de Ensino do Distrito Federal;

e) representante da subsecretaria ou unidade equivalente responsável pela formulação das diretrizes pedagógicas para a implementação de políticas públicas da educação básica, nas modalidades educação inclusiva e educação integral;

II – 11 (onze) representantes da comunidade acadêmica e escolar e de entidades representativas dos profissionais da educação, indicados pelas respectivas instituições, observado o disposto a seguir:

a) um representante de instituição pública federal de ensino superior no Distrito Federal;

b) um representante de instituição pública distrital de ensino superior;

c) um representante de instituição pública federal de educação tecnológica;

- d) um representante de entidade sindical representativa dos servidores da carreira Magistério Público do Distrito Federal;
- e) um representante de entidade sindical representativa dos servidores da carreira Assistência à Educação Pública do Distrito Federal;
- f) um representante de entidade sindical representativa dos professores em estabelecimentos particulares de ensino do Distrito Federal;
- g) um representante de entidade sindical representativa da categoria profissional da administração escolar dos estabelecimentos privados de ensino do Distrito Federal;
- h) um representante de entidade sindical representativa das escolas particulares do Distrito Federal;
- i) um representante de entidade representativa dos estudantes secundaristas do Distrito Federal, reconhecida por entidade nacional dos estudantes secundaristas de maior longevidade;
- j) um representante do segmento mães, pais ou responsáveis de entidade representativa dos Conselhos Escolares da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal;
- k) um representante do Fórum Distrital de Educação.

Art. 23. Os conselheiros terão mandato de quatro anos, permitida uma única recondução consecutiva, por igual período, excetuando-se os membros natos.

§ 1º Haverá renovação de metade do Conselho a cada dois anos.

§ 2º Em caso de vacância, será nomeado novo conselheiro para completar o período restante do mandato.

§ 3º O mandato do conselheiro escolar será considerado extinto em caso de renúncia expressa ou tácita, configurada esta última pelo não comparecimento a seis reuniões no período de doze meses.

Art. 24. O Conselho de Educação do Distrito Federal será presidido por um de seus membros, eleito por seus pares para mandato de dois anos, sem possibilidade de reeleição para o período subsequente.

Art. 25. As deliberações do Conselho serão tomadas pela maioria simples dos votos, presente a maioria dos conselheiros empossados e em exercício, salvo nos casos em que o regimento interno do Conselho de Educação do Distrito Federal exija quórum superior.

Art. 26. O Conselho de Educação se reunirá, ordinariamente e extraordinariamente, quando necessário, por convocação:

I – de seu presidente;

II – do secretário de educação;

III – da maioria absoluta de seus membros.

Subseção V

Da Assembleia Geral Escolar

Art. 27. A Assembleia Geral Escolar, instância máxima de participação direta da comunidade escolar, abrange todos os segmentos escolares e é responsável por acompanhar e deliberar acerca do desenvolvimento das ações da escola, da continuidade da gestão escolar eleita e da implementação do PPP da unidade escolar.

Art. 28. A Assembleia Geral Escolar se reunirá de preferência ordinariamente a cada seis meses, ou extraordinariamente, sempre que a comunidade escolar indicar a necessidade de ampla consulta sobre temas relevantes, mediante convocação:

I – de integrantes da comunidade escolar, na proporção de 10% (dez por cento) para mães, pais e/ou responsáveis e estudantes (PRE), e na proporção de 50% (cinquenta por cento) para integrantes da carreira Magistério Público e Assistência à Educação (MAT);

II – do Conselho Escolar;

III – do diretor da unidade escolar.

§ 1º O edital de convocação da Assembleia Geral Escolar será elaborado e divulgado amplamente pelo Conselho Escolar, com antecedência mínima de três dias úteis no caso das reuniões extraordinárias e de quinze dias úteis no caso das ordinárias.

§ 2º As normas gerais de funcionamento da Assembleia Geral Escolar, inclusive o quórum de abertura dos trabalhos e o de deliberação, serão estabelecidas por quórum de representatividade de 50% (cinquenta por cento) do campo MAT e 50% (cinquenta por cento) do campo PRE.

§ 3º A abertura da Assembleia Geral Escolar poderá se dar em segunda chamada, 30 (trinta) minutos após a primeira chamada, com qualquer quórum.

§ 4º Na ausência de Conselho Escolar constituído, as competências previstas no § 1º recairão sobre a direção da unidade escolar.

Art. 29. Compete à Assembleia Geral Escolar:

- I – conhecer do balanço financeiro e do relatório findo e deliberar sobre eles;
- II– avaliar semestralmente os resultados alcançados pela unidade escolar e emitir um parecer com sugestões de possíveis melhorias;
- III – apreciar e deliberar, motivadamente, a proposta de exoneração de diretor e/ou vice-diretor das unidades escolares, obedecidas as competências e a legislação vigente, observado o quórum específico mínimo de 60% (sessenta por cento) para os segmentos Magistério Público e Assistência à Educação e 20% (vinte por cento) para os segmentos pais e/ou responsáveis e estudantes, garantida a ampla defesa e contraditório;
- IV – apreciar o regimento interno da Unidade Escolar e deliberar sobre ele, em assembleia especificamente convocada para este fim, conforme legislação vigente;
- V– aprovar ou reprovar a prestação de contas dos recursos repassados à unidade escolar, previamente ao encaminhamento devido aos órgãos de controle;
- VI – resolver, em grau de recurso, as decisões das demais instâncias deliberativas da Unidade Escolar;
- VII – convocar o presidente do Conselho Escolar e a equipe gestora, quando se fizer necessário;
- VIII – decidir sobre outras questões a ela remetidas.
- IX- aprovar o projeto político-pedagógico da unidade escolar ou sua revisão.

Parágrafo único. As decisões e os resultados da Assembleia Geral Escolar serão registrados em ata e os encaminhamentos decorrentes serão efetivados pelo Conselho Escolar, salvo disposição em contrário.

Subseção VI

Do Conselho Escolar

Art. 30. Em cada instituição pública de ensino do Distrito Federal funcionará um Conselho Escolar, órgão de natureza consultiva, fiscalizadora, mobilizadora, deliberativa e representativa da comunidade escolar, regulamentado pela SEEDF.

§ 1º O Conselho Escolar será composto por, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, 21 (vinte e um conselheiros), conforme a quantidade de estudantes da unidade escolar, de acordo com o Anexo Único desta Lei.

§ 2º Caberá à SEEDF garantir os meios para o funcionamento do Conselho, possibilitando espaço físico, material de expediente e divulgação.

Art. 31. Compete ao Conselho Escolar, além de outras atribuições a serem definidas pelo Conselho de Educação do Distrito Federal:

I – elaborar seu regimento interno a ser aprovado pela Assembleia Geral convocada pelo Conselho Escolar para essa finalidade;

II– analisar, modificar e aprovar o plano administrativo anual elaborado pela direção da unidade escolar sobre a programação e a aplicação dos recursos necessários à manutenção e à conservação da escola;

III – garantir mecanismos de participação efetiva e democrática da comunidade escolar na elaboração do projeto político-pedagógico da Unidade Escolar;

IV – divulgar, periódica e sistematicamente, informações referentes ao uso dos recursos financeiros, à qualidade dos serviços prestados e aos resultados obtidos;

V– atuar como instância recursal das decisões do Conselho de Classe, nos recursos interpostos por estudantes, mães, pais ou representantes legalmente constituídos e por profissionais da educação, esgotados os processos de análise e deliberação previstos para o Conselho de Classe;

VI – estabelecer normas de funcionamento da Assembleia Geral e convocá-la ordinariamente e extraordinariamente nos termos desta Lei;

VII – estruturar o calendário escolar, no que competir à Unidade Escolar, observada a legislação vigente;

VIII – fiscalizar a gestão da Unidade Escolar;

IX– promover, anualmente, a avaliação da unidade escolar nos aspectos administrativos, financeiro e pedagógicos;

X – analisar e avaliar projetos elaborados ou em execução por quaisquer dos segmentos que compõem a comunidade escolar;

XI – intermediar conflitos de natureza administrativa e pedagógica, esgotadas as possibilidades de solução pela equipe gestora da Unidade Escolar;

XII – propor mecanismos para a efetiva inclusão, no ensino regular, de estudantes com deficiências e oriundos de etnias quilombolas, ciganos, indígenas ou imigrantes;

XIII – debater indicadores escolares de rendimento, evasão e repetência e propor estratégias que assegurem aprendizagem significativa para todos;

XIV - encaminhar para a assembléia escolar a escolha da Direção da Unidade Escolar, exclusivamente em caso de vacância, por tempo determinado e mediante indicação de data para nova eleição;

XVI - estimular a implementação nas unidades escolares de Grêmio Estudantil.

§ 1º Em relação aos aspectos pedagógicos, serão observados os princípios e as disposições constitucionais, os pareceres e as resoluções dos órgãos normativos federal e distrital e a legislação do Sistema de Ensino do Distrito Federal.

§ 2º Quando se tratar de deliberação que exija responsabilidade civil ou criminal, os estudantes no exercício da função de conselheiro escolar serão representados, no caso dos menores de 16 (dezesseis) anos, ou assistidos, em se tratando de menores de 18 (dezoito) anos e maiores de 16 (dezesseis) anos, por suas mães, pais ou responsáveis, devendo comparecer às reuniões tanto os representados ou assistidos, como os representantes ou assistentes, garantindo o direito de voz aos estudantes representados ou assistidos.

§ 3º O Conselho Escolar apoiará e estimulará a participação dos conselheiros em processos de formação, distritais e/ou federais, relativos à função.

Art. 32. O diretor da Unidade Escolar integrará o Conselho Escolar como membro nato.

Parágrafo único. Nas ausências e impedimentos no Conselho Escolar, o diretor será substituído pelo vice-diretor ou, não sendo isto possível, por outro membro da equipe gestora.

Art. 33. O mandato de conselheiro escolar será de 2 (dois) anos, permitida reeleição.

Art. 34. O exercício do mandato de conselheiro escolar será considerado serviço público relevante e não será remunerado.

Parágrafo Único: É garantido a todos que participarem do Conselho Escolar a emissão de carta da gestão escolar de elogio por serviços voluntários de grande relevância prestados ao Estado e ao servidor público civil, militar ou autárquico o registro, anual, do referido elogio em seus assentamentos funcionais.

Art. 35. O Conselho Escolar elegerá, dentre seus membros, presidente, vice-presidente e secretário, os quais cumprirão tarefas específicas definidas no regimento interno do colegiado, não podendo a escolha para nenhuma dessas funções recair sobre membros da equipe gestora da Unidade Escolar.

Parágrafo único. Compete ao presidente do Conselho Escolar dirigir a Assembleia Geral Escolar.

Art. 36. O Conselho Escolar se reunirá extraordinariamente a qualquer tempo, por convocação:

I – do presidente;

II – do diretor da Unidade Escolar;

III – da maioria de seus membros.

IV - da comunidade escolar, desde que manifestada por escrito por no mínimo de 10% de cada campo (PRE e MAT)

§ 1º Para instalação das reuniões do Conselho Escolar, será exigida a presença de 50% (cinquenta por cento) mais um de seus membros.

§ 2º As reuniões do Conselho Escolar serão convocadas com antecedência mínima de quarenta e oito horas.

§ 3º As reuniões do Conselho Escolar serão abertas, com direito a voz, mas não a voto, a todos os que trabalham, estudam ou tem filho matriculado na Unidade Escolar, a profissionais que prestam atendimento à escola, a membros da comunidade local, a movimentos populares organizados, a entidades sindicais e ao Grêmio Estudantil.

Art. 37. A vacância da função de conselheiro se dará por renúncia, aposentadoria, falecimento, desligamento da Unidade Escolar, alteração na composição da equipe gestora ou destituição, sendo a função vacante assumida pelo candidato com votação imediatamente inferior à daquele eleito no respectivo segmento.

§ 1º O não comparecimento injustificado de qualquer conselheiro a três reuniões consecutivas ou cinco alternadas durante o ano letivo, implicará vacância da função.

§ 2º Ocorrerá destituição de conselheiro por deliberação da Assembleia Geral Escolar, em decisão motivada, garantida a ampla defesa e o contraditório.

§ 3º As hipóteses previstas no §1º e no §2º não se aplicam aos conselheiros natos.

§ 4º Não havendo representantes na função vacante e caso não haja suplente, o Conselho Escolar, em sessão extraordinária, organizará a eleição de novo conselheiro, por meio de reunião colegiada do respectivo segmento, até a eleição, que será realizada na última quinzena do bimestre letivo, e o conselheiro será investido de imediato nas funções para o exercício complementar do mandato.

Art. 38. Caso a instituição escolar não conte com estudantes que preencham a condição de elegibilidade, as respectivas vagas no Conselho serão destinadas ao segmento dos pais e mães de alunos.

Parágrafo único. A comunidade escolar das unidades que atendam estudantes com deficiência, de etnias quilombolas, ciganos e indígenas ou imigrantes de outras nações envidará todos os esforços para assegurar-lhes a participação de suas mães, de seus pais ou de seus responsáveis, como candidatos ao Conselho Escolar.

Art. 39. Os profissionais da carreira Magistério Público, com exceção da equipe gestora eleita, e da carreira de Assistência à Educação investidos em cargos de conselheiros escolares exercendo a função titular, observada a legislação vigente, terão assegurada pontuação em item específico na portaria que trata de distribuição de turmas e em conformidade com as normas de remanejamento e distribuição de carga horária e ressalvados os casos de decisão judicial transitada em julgado ou após processo administrativo disciplinar na forma da legislação vigente, terão assegurada a sua permanência na Unidade Escolar pelo período correspondente ao exercício do mandato e um ano após seu término.

Subseção VII

Do Conselho de Classe

Art. 40. O Conselho de Classe é órgão colegiado integrante da gestão democrática e se destina a acompanhar e avaliar o processo de educação, de ensino e de aprendizagem, havendo tantos Conselhos de Classe quantas forem as turmas existentes na escola.

§ 1º O Conselho de Classe será composto por:

I – todos os docentes de cada turma e representante da equipe gestora, na condição de conselheiros natos; II – representante dos especialistas em educação;

III – representante da carreira Assistência à Educação;

IV – representante das mães, dos pais ou dos responsáveis;

V - Representante dos estudantes, a partir do 5º ano ou primeiro segmento da educação de jovens e adultos, escolhidos por seus pares, garantida a representatividade dos alunos de cada uma das turmas, com a livre participação de todos os estudantes da turma e de representante do grêmio estudantil escolar quando necessário, respeitada a autonomia escolar;

VI – representantes dos serviços de apoio especializado, em caso de turmas inclusivas.

§ 2º O Conselho de Classe se reunirá, ordinariamente, uma vez a cada bimestre e, extraordinariamente, a qualquer tempo, por solicitação do diretor da Unidade Escolar ou de um terço dos membros desse colegiado.

§ 3º Cada Unidade Escolar elaborará as normas de funcionamento do Conselho de Classe em conformidade com as diretrizes da SEEDF.

§ 4º A reunião do Conselho de Classe integra o calendário escolar e é computada como dia letivo, desde que mantidas as atividades com os estudantes.

§ 5º As reuniões dos conselhos poderão ter a livre participação dos membros dos demais segmentos, a critério do Conselho Escolar.

Subseção VIII

Dos Grêmios Estudantis

Art. 41. As Unidades Escolares devem estimular, favorecer e implementar o fortalecimento de Grêmios Estudantis, garantindo eleições democráticas e a livre expressão, como forma de desenvolvimento da cidadania, da autonomia e espaço de participação estudantil na gestão escolar.

§ 1º Os Grêmios Estudantis, visando seu fortalecimento, têm associação à entidade representativa dos estudantes secundaristas do Distrito Federal reconhecida por entidade nacional dos estudantes secundaristas de maior longevidade;

§ 2º Compete à gestão escolar e à SEEDF garantir os meios para o funcionamento dos Grêmios Estudantis em todas as Unidades Escolares possibilitando espaço físico, material de expediente e divulgação.

§ 3º A organização e o funcionamento do Grêmio Estudantil serão estabelecidos em estatuto, a ser aprovado pelos estudantes na respectiva Unidade Escolar em Assembleia Geral do segmento.

§ 4º A organização e o funcionamento do grêmio estudantil serão estabelecidos em estatuto, a ser aprovado pelo segmento dos estudantes da respectiva unidade escolar.

§ 5º Os Grêmios Estudantis, visando seu fortalecimento, têm associação à entidade representativa dos estudantes secundaristas do Distrito Federal, reconhecida por entidade nacional dos estudantes secundaristas de maior longevidade.

§ 6º As unidades escolares devem permitir o acesso das entidades representativas estudantis legalizadas, identificando-se aos respectivos gestores. § 4º Compete à gestão escolar e à SEEDF garantir os meios para o funcionamento dos grêmios estudantis em todas as unidades escolares possibilitando espaço físico, material de expediente e divulgação.

Seção III

Das Equipes Gestoras

Subseção I

Da Direção das Unidades Escolares

Art. 42. A direção das instituições educacionais será composta, no mínimo, por diretor e vice-diretor, supervisores e chefe de secretaria, e/ou conforme a modulação de cada escola, em consonância com as deliberações do Conselho Escolar, respeitadas as disposições legais.

Art. 43. A escolha do diretor e do vice-diretor será feita mediante eleição, por voto direto e secreto, vedado o voto por representação, sendo vitoriosa a chapa que alcançar o maior percentual de votos válidos.

§ 1º O processo eleitoral obedecerá às seguintes etapas:

I – inscrição das chapas e divulgação dos respectivos Planos de Trabalho para Gestão da Escola, com metas, indicadores e ações para a melhoria das aprendizagens, junto à comunidade escolar;

II – eleição, pela comunidade escolar;

III – nomeação pelo Governador do Distrito Federal;

IV - realização de curso de formação continuada pelos eleitos, considerados os aspectos pedagógicos, políticos, administrativos, financeiros, culturais e sociais da gestão escolar, com frequência obrigatória, oferecido pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, por meio da EAPE, visando à qualificação para o exercício da função.

§ 2º A participação obrigatória dos eleitos em quaisquer cursos de gestão escolar anteriores não os exime da responsabilidade de cumprimento do previsto no § 1º.

§ 3º A não participação nos cursos previstos no § 1º, inciso IV, acarretará perda do mandato e inelegibilidade na eleição imediatamente subsequente.

Art. 44. O Plano de Trabalho para Gestão da Escola, de que trata o art. 43, § 1º, inciso I, é condição indispensável à habilitação dos candidatos às eleições de diretor e vice-diretor e será defendido pelas chapas, perante a comunidade escolar, em sessão pública convocada pela Comissão Eleitoral Local.

§ 1º O Plano de Trabalho para a gestão da escola da chapa vencedora nas eleições deverá ser convertido em plano de ação, apresentado ao Conselho Escolar para referendar e anexado ao PPP da Unidade Escolar para acompanhamento da comunidade escolar e avaliação da Assembleia Escolar em tempo determinado pela própria assembleia.

§ 2º O Plano de Trabalho para a Gestão da Escola deve:

I - explicitar os aspectos pedagógicos, administrativos e financeiros prioritários para a gestão dos candidatos;

II - demonstrar conexão com o projeto político-pedagógico, a identidade e os aspectos socioeconômicos da comunidade e a função social da unidade escolar;

III - destacar os objetivos, metas, indicadores e ações que pretende realizar para a melhoria das aprendizagens; e

IV - esclarecer as estratégias a serem adotadas para a preservação do patrimônio público, para a inclusão de estudantes deficiente e neurodivergentes e para a participação da comunidade no cotidiano escolar, no acompanhamento e na avaliação da efetivação das aprendizagens, dos impactos dos projetos pedagógicos e da gestão administrativa e financeira.

Art. 45. Poderá concorrer aos cargos de diretor ou de vice-diretor o servidor ativo da carreira Magistério Público do Distrito Federal ou da Carreira Assistência à Educação Pública do Distrito Federal que comprove:

I – ter experiência no Sistema Distrital de Educação, como servidor efetivo, há, no mínimo, três anos e estar em exercício em unidade escolar vinculada à Regional de Ensino na qual concorrerá;

II – no caso de professor, ter, no mínimo, três anos de exercício em unidade escolar;

III – no caso de pedagogo-orientador educacional, ter, no mínimo, três anos de exercício em unidade escolar na condição de servidor efetivo;

IV – A candidatura a cargo de diretor ou de vice-diretor fica restrita, em cada eleição, a uma única unidade escolar da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, na qual o servidor esteja atuando ou já tenha atuado;

V – no caso de especialista em educação, ter, no mínimo, três anos de exercício em Unidade Escolar na condição de servidor efetivo;

VI – no caso de profissional da carreira Assistência à Educação, ter, no mínimo, três anos de exercício em unidade escolar na condição de servidor efetivo;

VII - ter disponibilidade para o cumprimento do regime de 40 horas semanais no exercício do cargo a que concorre;

VIII – ser portador de diploma de curso superior ou formação tecnológica em áreas afins às carreiras Assistência à Educação ou Magistério Público do Distrito Federal;

IX – ter assumido o compromisso de, após a investidura no cargo de diretor ou vice-diretor, frequentar o curso de gestão escolar de que trata os arts. 43 e 44.

§ 1º Ao menos um dos candidatos da chapa deverá ser ou já ter sido professor da carreira Magistério Público do Distrito Federal, com pelo menos três anos em regência de classe.

§ 2º Não serão considerados habilitados os candidatos que se encontram na situação descrita no art. 1º, I, e, itens 1 a 10, f, g e h, da Lei Complementar Federal nº 64, de 18 de maio de 1990.

Art. 46. Os diretores e vice-diretores eleitos nos termos desta Lei terão mandato de 04 (quatro) anos, o qual se iniciará no dia 02 de janeiro do ano seguinte ao da eleição.

§ 1º Vagando os cargos de diretor e vice-diretor antes de completados dois terços do mandato, será convocada nova eleição pela SEEDF, no prazo de até 60 (sessenta) dias, na forma desta Lei.

§ 2º Os eleitos completarão o período dos antecessores, sendo obrigatórias suas participações nos cursos de formação continuada oferecidos pela SEEDF.

Art. 47. Em caso de vacância do cargo, substituirá o diretor, sucessivamente, o vice-diretor e o servidor que vier a ser indicado será referendado pelo Conselho Escolar para este fim.

Art. 48. A exoneração do diretor ou do vice-diretor somente poderá ocorrer motivadamente após processo administrativo, nos termos da lei que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

§ 1º O diretor e o vice-diretor terão a exoneração recomendada ao Governador do Distrito Federal, após deliberação de Assembleia Geral Escolar convocada pelo Conselho Escolar para este fim específico a partir de requerimento encaminhado ao presidente do Conselho, com assinatura de, no mínimo, cinquenta por cento de representantes do Conselho Escolar;

§ 2º A Assembleia Geral Escolar de que trata o § 1º será realizada quinze dias após o recebimento do requerimento, sendo que o quórum de abertura dos trabalhos e o de deliberação, serão estabelecidos por quórum de representatividade - cinquenta por cento docente e cinquenta por cento não docente e, em segunda chamada: 30 (trinta) minutos após a primeira chamada, com qualquer quórum;

§ 3º Nos casos de ausência de prestação de contas a equipe gestora será afastada da função e remanejada da Unidade Escolar, até sanar as pendências. Nestes casos a SEEDF indicará uma equipe substituta, a ser referendada pelo Conselho Escolar e aprovada pela Assembléia Escolar.

Art. 49. A exoneração do diretor e/ou do vice-diretor poderá ocorrer:

I - após processo administrativo, nos termos da lei que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

II- por deliberação da Assembleia Geral Escolar, conforme Art. 29, inciso III.

§ 1º O diretor e o vice-diretor terão a exoneração recomendada ao Governador do Distrito Federal, após deliberação de Assembleia Geral Escolar convocada pelo Conselho Escolar para este fim específico a partir de requerimento encaminhado ao presidente do Conselho, com assinatura de, no mínimo, cinquenta por cento dos segmentos do campo MAT e 10% dos segmentos do campo PRE da comunidade escolar no colegiado.

§ 2º A reunião da Assembleia Geral Escolar de que trata o § 1º será realizada quinze dias após o recebimento do requerimento, sendo o quórum para a abertura dos trabalhos estabelecido no Art. 29, inciso III.

Art. 50. A SEEDF indicará a equipe gestora da Unidade Escolar, que cumprirá o mandato até o próximo pleito eleitoral que deverá acontecer em até 180 (cento e oitenta) dias contados a partir da data da eleição geral, nos seguintes casos:

I - inexistência de candidato, devidamente habilitado;

II - chapa não referendada no processo eleitoral;

III - Unidade Escolar recém-criada.

Art. 51. Na hipótese de inexistência de candidato devidamente habilitado para compor chapa a fim de concorrer à eleição, a direção da unidade escolar será indicada pela SEEDF, a ser referendada pelo Conselho Escolar e aprovada pela Assembléia Escolar, devendo o processo eleitoral ser repetido em até 180 (cento e oitenta) dias contados a partir da data da eleição geral e a direção eleita, nesta hipótese, exercerá o restante do mandato.

Parágrafo único. Caso a unidade escolar não atinja o quórum mínimo na segunda tentativa de eleição, a equipe indicada pela SEEDF deverá apresentar um plano de trabalho para o Conselho Escolar, se aprovado pela Assembléia Escolar e dirigir a escola pelo prazo de 1 (um) ano, ao final desse período deve ser realizado processo eleitoral.

Art. 52. Para cada unidade escolar recém-instalada, serão designados pela SEEDF servidores para o exercício dos cargos de diretor e vice-diretor, devendo o processo eleitoral ser realizado em até 180 (cento e oitenta) dias e a direção eleita nesta hipótese exercer o restante do mandato até a posse dos candidatos eleitos na eleição geral seguinte

Parágrafo único. Na hipótese de criação de unidade escolar em ano de eleições gerais para diretor e vice-diretor, a equipe indicada na forma do caput permanecerá até a posse dos candidatos eleitos naquele processo eleitoral.

Subseção II

Da Coordenação da Regional de Ensino

Art. 53. As eleições para Coordenação da Regional de Ensino, que ocorrerão no mês de novembro, serão convocadas pela SEEDF por meio de edital publicado na imprensa oficial e terão ampla divulgação, especialmente na comunidade escolar e comunidade local.

Art. 54. À Coordenação Regional de Ensino – CRE, unidade orgânica de coordenação e supervisão, diretamente subordinada ao secretário da Secretaria de Estado de Educação, compete:

I – coordenar, orientar, articular e supervisionar, no âmbito de sua área de atuação e junto às Unidades Escolares – UEs vinculadas às políticas educacionais, administrativas e de aperfeiçoamento dos profissionais da educação instituídas pela SEEDF;

II – cumprir e fazer cumprir a legislação educacional vigente, as normas e orientações instituídas pela SEEDF;

III – coordenar e articular o acompanhamento de programas, projetos e ações de caráter pedagógico desenvolvidos no âmbito de sua área de atuação e nas UEs vinculadas;

IV – garantir a orientação, o acompanhamento e a supervisão, no âmbito de sua área de atuação e junto às UEs vinculadas, referentes ao planejamento, ao acompanhamento e à avaliação educacional, bem como quanto à escrituração escolar, à operacionalização da Estratégia de Matrícula e ao cumprimento do Calendário Escolar;

V – garantir a orientação, o acompanhamento e a supervisão, no âmbito de sua área de atuação e junto às UEs vinculadas, relativos às ações administrativas e pedagógicas associadas às tecnologias da informação e comunicação – TICs, bem como aos demais atos normativos e orientações da SEEDF, no âmbito das TICs;

VI – coordenar, orientar e supervisionar, no âmbito de sua área de atuação e junto às UEs vinculadas, as ações necessárias à execução dos programas suplementares de material didático, transporte escolar, alimentação escolar e assistência à saúde do estudante;

VII – acompanhar e encaminhar, no âmbito de sua área de atuação, as demandas relacionadas à infraestrutura;

VIII – coordenar, orientar e supervisionar, no âmbito de sua área de atuação e junto às UEs vinculadas, as ações relativas à segurança e à conservação dos bens patrimoniais, e à solicitação e à distribuição de materiais de consumo e permanente;

IX – coordenar, orientar e supervisionar, no âmbito de sua área de atuação e junto às UEs vinculadas, as ações referentes à frota de veículos e ao cadastro de condutores de veículos;

X – coordenar, orientar e supervisionar, no âmbito de sua área de atuação e junto às UEs vinculadas, as ações necessárias à constituição legal de Unidades Executoras – UEx, e às demais ações referentes aos recursos oriundos de programas de descentralização financeira distrital e federal;

XI – garantir, no âmbito de sua área de atuação e junto às UEs vinculadas, o cumprimento de diligência do Regimento Interno da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal junto às UEx e às instituições educacionais parceiras ou similares, quando detectadas incorreções e/ou irregularidades nos documentos de solicitação e de prestação de contas referentes aos recursos federais ou distritais;

XII – promover, no âmbito de sua área de atuação, a orientação e o acompanhamento das instituições educacionais parceiras ou similares;

XIII – coordenar, orientar e supervisionar, no âmbito de sua área de atuação e junto às UEs vinculadas, as ações referentes à gestão e ao desenvolvimento de pessoas;

XIV – dar o suporte de espaço, infraestrutura, pessoal, tecnologia, relatórios, planos e esclarecimentos necessários ao pleno funcionamento do Fórum Regional de Educação;

XV – apresentar anualmente relatório de implementação do plano de gestão e aplicação de recursos da CRE ao Fórum Regional de Educação para seu acompanhamento, sugestões, fiscalização e aprovação;

XVI – realizar as modificações no plano de gestão e de aplicação de recursos da CRE indicadas pelo Fórum Regional de Educação e aplicá-las;

XVII – acompanhar, cobrar e apoiar o pleno funcionamento de todos órgãos colegiados previstos nesta lei referentes a Unidade Escolar.

Art. 55. Para a indicação do coordenador regional de ensino deverá ser observados os seguintes critérios:

I - ser servidor ativo da carreira do Magistério Público do Distrito Federal ou da Carreira Assistência à Educação Pública do Distrito Federal.

II - ter experiência como gestor de Unidade Escolar da CRE a qual será indicado.

III – ter experiência no Sistema de Educação Pública do Distrito Federal, como servidor efetivo, há, no mínimo, três anos;

IV – ter disponibilidade para o cumprimento do regime de quarenta horas semanais para o exercício do cargo a que concorre;

§1º Não serão considerados habilitados os candidatos que se encontram na situação descrita no art. 1º, I, e, itens 1 a 10, f, g e h, da Lei Complementar federal nº 64, de 18 de maio de 1990;

§ 2º O candidato que já tenha exercido o cargo de coordenador da Regional de Ensino deverá apresentar certificado de regularidade da prestação de contas em relação aos recursos públicos recebidos em sua gestão para habilitar sua candidatura;

§ 3º O candidato que já tenha exercido o cargo de coordenador da Regional de Ensino deverá apresentar certificado de cumprimento do seu plano de gestão emitido anualmente pelo Fórum Regional de Educação para habilitar sua indicação.

CAPÍTULO V

DO PROCESSO ELEITORAL

Art. 56. As eleições para Conselho Escolar e para diretor e vice-diretor das instituições educacionais, que ocorrerão no mês de novembro, serão convocadas pela SEEDF por meio de edital publicado na imprensa oficial e terão ampla divulgação, especialmente na comunidade escolar.

Art. 57. O processo eleitoral, que terá regulamentação única para toda a Rede Pública de Ensino, será coordenado por Comissão Eleitoral Central, designada pela SEEDF e assim constituída:

I – quatro representantes e suplentes da SEEDF;

II – um representante e suplente da entidade representativa dos servidores da carreira Magistério Público do Distrito Federal;

III – um representante e suplente da entidade representativa dos servidores da carreira Assistência à Educação Pública do Distrito Federal;

IV – um representante e suplente do segmento de pais, mães ou responsáveis por estudantes;

V – um representante e suplente de entidade representativa dos estudantes secundaristas do Distrito Federal.

§ 1º Não poderão compor comissão eleitoral candidatos a conselheiro escolar, a diretor ou a vice-diretor de instituições educacionais e nem quem está em cargo comissionado

§ 2º São atribuições da Comissão Eleitoral Central, além das previstas na regulamentação desta Lei:

I – estabelecer a regulamentação única de que trata o caput e acompanhar sua implementação;

II – organizar o pleito;

III – atuar como instância recursal intermediária das decisões das Comissões Eleitorais Regionais.

Art. 58. Em cada Regional de Ensino haverá uma Comissão Eleitoral Regional, assim constituída:

I - 2 (dois) a 4 (quatro) representantes da Coordenação Regional de Ensino;

II - 1 (um) representante da entidade representativa dos servidores da carreira Magistério Público do Distrito Federal;

III - 1 (um) representante da entidade representativa dos servidores da carreira Assistência à Educação Pública do Distrito Federal;

IV - 1 (um) representante do segmento de mães, pais ou responsáveis por estudantes, oriundo do Fórum Regional de Educação

V - 1 (um) representante de entidade representativa dos estudantes secundaristas do Distrito Federal reconhecida por entidade representativa dos estudantes em nível nacional e de maior longevidade.

Parágrafo único. Caso as entidades correspondentes não sejam capazes de preencher suas representação nas Coordenações Regionais de Ensino, as respectivas vagas ficarão em aberto.

Art. 59. Em cada Unidade Escolar haverá uma Comissão Eleitoral Local constituída paritariamente por representantes da comunidade escolar, com as seguintes atribuições:

I – inscrever os candidatos;

II – organizar as apresentações e debates dos Planos de Trabalho para a Gestão da Escola;

III – divulgar edital com lista de candidatos, data, horário, local de votação e prazos para apuração e para recursos;

IV – designar mesários e escrutinadores, credenciar fiscais indicados pelos respectivos candidatos ou chapas concorrentes e providenciar a confecção de cédulas eleitorais;

V – cumprir e fazer cumprir as normas estabelecidas no regimento eleitoral; VI - encaminhar documentação de habilitação dos candidatos para homologação das chapas para a Comissão Regional Eleitoral;

VII – homologar as listas de candidatos.

Parágrafo Único. O Conselho Escolar organizará o processo de escolha dos integrantes da Comissão Eleitoral Local entre os inscritos, sendo o procedimento de escolha definido em edital próprio.

Art. 60. Os eleitores de cada segmento constarão de lista elaborada pela secretaria escolar, a qual será encaminhada às comissões eleitorais e, quando solicitado, ao Conselho Escolar.

§ 1º A lista de que trata o caput será tornada pública pela Comissão Eleitoral Local, em prazo não inferior a vinte dias da data da eleição;

§ 2º Os pais, mães ou responsáveis habilitados votarão independentemente de seus filhos terem votado.

Art. 61. O quórum para eleição de diretor e vice-diretor e Conselho Escolar em cada Unidade Escolar será de:

I – 50% (cinquenta por cento) para o conjunto constituído pelos eleitores integrantes da carreira Magistério Público do Distrito Federal, da carreira Assistência à Educação Pública do Distrito Federal e dos professores contratados temporariamente, conforme o art. 3º, VI a VIII;

II – 10% (dez por cento) para o conjunto constituído pelos eleitores integrantes dos segmentos dos estudantes e das mães, pais ou responsáveis, conforme o art. 3º, I a V. 9

§ 1º Não atingido o quórum para a eleição de diretor e vice-diretor, a unidade escolar terá sua direção indicada pela SEEDF e nova eleição será realizada em até 180 (cento e oitenta dias), a partir da data de posse, podendo esse prazo ser prorrogado por igual período.

§ 2º Realizada nova eleição nos termos do § 1º e persistindo a falta de quórum, a SEEDF indicará a direção da unidade escolar que exercerá o restante do mandato.

§ 3º Não atingido o quórum para a eleição do Conselho Escolar, a SEEDF organizará nova eleição em até 180 (cento e oitenta dias) dias, a partir da data de posse, repetindo-se o procedimento tantas vezes quantas forem necessárias, ressalvado o ano em que ocorrerem eleições gerais nos termos desta Lei.

§ 4º Em caso de chapa única, para ser considerada eleita deve obter voto “SIM” de 50 por cento mais um voto de cada campo PRE e MAT, caso não eleita seguir os mesmos dispositivos anteriores previstos no Art. 51.

Art. 62. Nas eleições para diretor e vice-diretor e para Conselho Escolar, os votos serão computados, paritariamente, da seguinte forma:

I - 50% (cinquenta por cento) para o conjunto constituído pelos integrantes efetivos das carreiras Magistério Público do Distrito Federal e Assistência à Educação Pública do Distrito Federal e professores contratados temporariamente, conforme o art. 3º, VI a VIII;

II - 50% (cinquenta por cento) para o conjunto constituído pelo segmento dos estudantes e das mães, pais ou responsáveis por estudantes, conforme o art. 3º, I a V.

Parágrafo único. O conjunto (C1) será representado pelos membros do inciso I do caput. E o conjunto (C2) será representado pelos membros do inciso II do caput.

Art. 63. Na hipótese de empate, terá precedência:

I - a chapa em que o candidato a diretor apresentar maior tempo de efetivo exercício na unidade escolar para a qual esteja concorrendo;

II - o candidato à vaga de conselheiro escolar que contar com mais tempo como integrante na respectiva comunidade escolar.

Parágrafo único. Persistindo o empate, terá precedência a chapa que tiver membro(s) com participação por mais tempo no Conselho Escolar.

Art. 64. Na hipótese de empate nas eleições para o Conselho Escolar, terá precedência o candidato a conselheiro que:

I - contar com mais tempo como integrante na respectiva comunidade escolar;

II - persistindo o empate, terá precedência o candidato de mais idade.

Art. 65. O resultado da eleição de diretor e vice-diretor com mais de uma chapa homologada será obtido a partir da computação dos votos válidos de forma paritária entre o conjunto dos segmentos, conforme segue:

I - o resultado da votação do conjunto C1 descrito no artigo 64, I, será apurado por meio da seguinte fórmula: $C1 = (N^{\circ} \text{ de votos obtidos pelo candidato neste conjunto de segmentos} \div N^{\circ} \text{ de votos válidos neste conjunto}) \times 50$;

II - o resultado da votação do conjunto C2, descrito no artigo 64, II, será apurado por meio da seguinte fórmula: $C2 = (N^{\circ} \text{ de votos obtidos pelo candidato neste conjunto de segmentos} \div N^{\circ} \text{ de votos válidos neste conjunto}) \times 50$;

III - será considerada eleita a chapa que obtiver o maior valor percentual resultante da soma C1 e C2. Resultado = C1 + C2. Art. 68. O resultado da eleição de diretor e vice-diretor com chapa única será obtido a partir da computação dos votos válidos de

forma paritária entre o conjunto dos segmentos, conforme segue: I - o resultado da votação do conjunto C1 descrito no artigo 64, inciso I, será apurado por meio da seguinte fórmula: $C1 = (\text{N}^\circ \text{ de votos SIM obtidos pelo candidato neste conjunto de segmentos} \div \text{N}^\circ \text{ de votos válidos neste conjunto}) \times 50$;

II - o resultado da votação do conjunto C2, descrito no artigo 64, inciso II, será apurado por meio da seguinte fórmula: $C2 = (\text{N}^\circ \text{ de votos SIM obtidos pelo candidato neste conjunto de segmentos} \div \text{N}^\circ \text{ de votos válidos neste conjunto}) \times 50$; III - a chapa não será referendada se obtiver na soma $C1 + C2$ um valor menor que 50, que indica a não aceitação da chapa. Resultado = $C1 + C2$; conforme anexo II desta lei.

Art. 66. Durante o período de campanha eleitoral, são vedados:

I – propaganda de caráter político-partidário;

II – atividades de campanha antes do tempo estipulado pela Comissão Eleitoral Central;

III – distribuição de brindes ou camisetas, ressalvados material de divulgação das propostas e adesivo indicativo da numeração ou nomenclatura das chapas; (Atualizar quanto o uso de recursos tecnológicos)

IV – remuneração ou compensação financeira de qualquer natureza;

V – ameaça, coerção ou qualquer forma de cerceamento de liberdade;

VI - utilização de materiais e/ou equipamentos em superioridade a chapa oponente que caracterize abuso de poder econômico e político.

VII – a utilização da participação extemporânea em qualquer órgão colegiado como campanha eleitoral.

VIII – informações falsas em qualquer meio de comunicação.

Art. 67. Sem prejuízo das demais sanções cabíveis previstas na legislação, o descumprimento das vedações dispostas no Art. 65 será punido com as seguintes sanções:

I – advertência escrita, no caso previsto no inciso II;

II – suspensão das atividades de campanha por até cinco dias, no caso previsto no inciso III;

III – perda da prerrogativa de que trata o art. 75, no caso de reincidência das condutas previstas nos incisos II e III;

IV – exclusão do processo eleitoral corrente, nos casos previstos nos incisos IV e na reincidência das condutas previstas nos incisos II e VI, na hipótese de a sanção prevista no inciso III deste artigo já ter sido aplicada;

V – proibição de participar, como candidato, dos processos eleitorais de que trata esta Lei por período de seis anos no caso previsto no inciso V;

§ 1º As sanções previstas nos incisos I, II, III e IV serão aplicadas pela Comissão Eleitoral Regional;

§2º As sanções previstas no inciso V serão aplicadas pela Comissão Eleitoral Central;

§3º Das sanções aplicadas pela Comissão Eleitoral Regional caberá recurso à Comissão Eleitoral Central;

§ 4º Das sanções aplicadas pela Comissão Eleitoral Central caberá recurso ao secretário da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal;

§ 5º Os recursos serão recebidos com efeito suspensivo e serão analisados e julgados no prazo máximo de três dias úteis. Parágrafo único - A Comissão Local comunicará as infrações previstas no caput à Comissão Regional.

Art. 68. As chapas poderão interpor recurso, após a proclamação do resultado final, que será analisado pela Comissão Eleitoral Local.

§ 1º Da decisão da Comissão Eleitoral Local caberá recurso à Comissão Eleitoral Regional.

§ 2º Da decisão da Comissão Eleitoral Regional caberá recurso à Comissão Eleitoral Central.

§ 3º Da decisão da Comissão Eleitoral Central caberá recurso ao Secretário de Estado de Educação do Distrito Federal.

§ 4º Os recursos terão seus prazos definidos na forma do regulamento.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 69. Esta Lei aplica-se a todas as instituições educacionais, de todos os níveis, mantidas pela SEEDF, inclusive a Escola da Natureza, a Escola de Meninas e Meninos do Parque, a Escola do Parque da Cidade, as Escolas Parques, os Centros Interescolares de Línguas e outras escolas de modalidades especiais, preservadas as especificidades dessas instituições, na forma do regulamento.

Art. 70. Até 6 (seis) meses após a publicação da lei que instituir, revisar ou modificar o Plano Nacional de Educação, realizar-se-á a Conferência Distrital de Educação, garantido o calendário nacional.

Art. 71. A composição do Conselho de Educação deverá ser adequada ao disposto nesta lei em até 90 dias da sua publicação.

Art. 72. A SEEDF promoverá ampla divulgação dos processos eletivos, preferencialmente por meio de mídias radiofônicas, televisivas e digitais na rede mundial de computadores, entre outras.

Art. 73. A SEEDF, por meio da EAPE, oferecerá cursos de formação continuada de, no mínimo, cento e oitenta horas aos diretores e vice-diretores eleitos, considerando os aspectos políticos, administrativos, financeiros, pedagógicos, culturais e sociais da educação no Distrito Federal.

Art. 74. A SEEDF, por meio da EAPE, oferecerá curso de formação continuada aos conselheiros escolares, conforme previsão do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares do Ministério da Educação ou de outra ação criada para este fim. Parágrafo único. Compete à equipe gestora escolar estimular e viabilizar a participação dos conselheiros escolares nos cursos de que trata o caput.

Art. 75. Nas quatro semanas que antecederam o pleito eleitoral, o candidato da carreira Magistério Público do Distrito Federal será liberado por dois horários de coordenação pedagógica por semana, e o da carreira Assistência à Educação do Distrito Federal será liberado de metade da sua jornada diária de trabalho duas vezes por semana.

Art. 76. Contratos temporários não poderão ser devolvidos 60 dias antes ou depois do término da carência em que ele se encontra.

Parágrafo único. Poderão participar da comissão eleitoral, das mesas receptoras e apuradoras professores temporários

Art. 77. Os candidatos em regência de classe, em função administrativa ou de gestão serão liberados de suas atividades 24 (vinte e quatro) horas antes do pleito eleitoral.

Art. 78. O processo eleitoral para escolha dos dirigentes escolares deverá ocorrer sempre no mês de novembro do ano de realização das eleições de que trata esta Lei.

§ 1º O Conselho Escolar das instituições educacionais coordenará o processo de formação da Comissão Eleitoral Local para o processo eleitoral, observado o disposto no art. 60.

§ 2º As eleições para diretor e vice-diretor, bem como para o Conselho Escolar, deverão ser realizadas em dias letivos.

§ 3º As eleições dos Centros de Línguas e Escolas Parques serão realizadas na escola de origem do estudante.

Art. 79. A SEEDF regulamentará, por Portaria Específica, os critérios de indicação das equipes gestoras das Unidades Escolares que não tiveram suas equipes gestoras eleitas.

Art. 80. Os atuais dirigentes escolares poderão permanecer no cargo até a realização do próximo pleito eleitoral, garantida sua participação e candidatura no processo eleitoral.

Art. 81. O Conselho de Educação do Distrito Federal, no prazo de 90 (noventa) dias a contar da publicação desta Lei, promoverá a adequação de suas resoluções à legislação vigente.

Art. 82. As atribuições dos coordenadores pedagógicos locais são aquelas definidas no regimento escolar das unidades escolares do Sistema Distrital de Educação.

§ 1º Os coordenadores pedagógicos locais serão eleitos pelos seus respectivos pares, de acordo com a Portaria de Distribuição de Carga Horária.

§ 2º Os coordenadores pedagógicos locais têm atuação específica essencial para a organização do trabalho pedagógico da unidade escolar vedado o desvio de atribuição, inclusive na substituição por ausência do docente de sala de aula.

Art. 83. As instituições públicas distritais de educação superior gozam de autonomia e gestão democrática nos termos da Constituição Federal de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996.

Art. 84. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 85. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 86. Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei nº 4.751, de 07 de fevereiro de 2012, que "Dispõe sobre o Sistema de Ensino e a Gestão Democrática do Sistema de Ensino Público do Distrito Federal", suas alterações posteriores, e a Lei nº 6.087, de 1º de fevereiro de 2018.